

PROCESSO TCE N° 22.134.2016-50

ENTIDADE: Escola do Servidor Público do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Escola do Servidor Público do Acre - FESPAC, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: Heloísa Aldenora Oliveira Pantoja

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 11.217/2019

### PLENÁRIO

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE COM RESSALVA. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.**

1. Constatadas falhas formais que não representam prejuízo ou risco de dano patrimonial, embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Prestação de Contas julgada regular, com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS da ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade da **SRA. HELOÍSA ALDENORA OLIVEIRA PANTOJA**, julgando-a **REGULAR, COM RESSALVAS**, valendo como ressalvas: **1.1)** a não observância do princípio da segregação de funções, que decorre do princípio da moralidade, previsto no *caput* do artigo 37 da Carta Magna; **1.2)** descumprimento de cláusulas previstas no Contrato n. 20/2012, por parte da Escola do Servidor Público do Estado do Acre, por não exigir da empresa contratada os relatórios dos serviços prestados e os registros de assiduidade dos funcionários; **1.3)** não designação formal de fiscal do Contrato n. 20/2012, firmado com a pessoa jurídica Monteiro & Soares Construções Ltda., contrariando o disposto no artigo 67, *caput*, da Lei n. 8.666/93 e nos artigos 4º e 5º, da Instrução Normativa CGE/AC n. 003/2014; **1.4)** realização de despesa sem prévio empenho, no valor de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), infringindo o disposto no artigo 60, da Lei n. 4.320/64; **1.5)** cancelamento de empenho de despesa liquidada, no valor de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), afetando as contas de resultado

da Instituição e infringindo o disposto no artigo 36, da Lei 4.320/64 e no artigo 5º, do Decreto Estadual n. 3.761/2015 e **1.6)** pagamento de despesas realizadas no exercício anterior e sem prévio empenho, no valor de R\$ 50.703,30 (cinquenta mil setecentos e três mil e trinta centavos), infringindo o disposto no artigo 60, da Lei n. 4.320/64, bem como sem a instauração de processo de reconhecimento de dívida; **2) ENVIAR NOTIFICAÇÃO** à Gestora da **SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA** para conhecimento do teor da presente decisão, especificamente sobre o pagamento de diárias a terceirizados e a necessária observância aos termos das avenças firmadas, especialmente as que objetivem a contratação de mão de obra e **3) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antonio Jorge Malheiro e Antonio Cristovão Correia de Messias.

Rio Branco - Acre, 25 de abril de 2019.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**SÉRGIO CUNHA MENDONÇA**  
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 22.134.2016-50

ENTIDADE: Escola do Servidor Público do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Escola do Servidor Público do Acre - FESPAC, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: Heloísa Aldenora Oliveira Pantoja

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DO ACRE**<sup>1</sup>, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade da **SRA. HELOÍSA ALDENORA OLIVEIRA PANTOJA**<sup>2</sup>.
2. Em 02 de maio de 2016, por meio do Ofício 114/2016/GAB (fl. 05), as contas foram enviadas eletronicamente a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*<sup>3</sup>, da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013<sup>4</sup>.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 07) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que após diligências se manifestou, por meio da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **irregulares** as contas apresentadas pela **ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DO ACRE** (fls. 42/67).
4. Após a citação dos SRS. HELOÍSA ALDENORA OLIVEIRA PANTOJA e ADOLFO ARTUR DE ALMEIDA GUEDES<sup>5</sup>, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 706, de 30-08-2017, foi oferecida defesa (fls. 82/150), tendo a 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

<sup>1</sup> Criada pela Lei Complementar Estadual n. 40, de 29-12-1993 (artigo 76);

<sup>2</sup> Presidente durante o exercício;

<sup>3</sup> Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

<sup>4</sup> Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

<sup>5</sup> Presidente e Contador à época, respectivamente;

Processo TCE n. 22.134.2016-50 (Acórdão n. 11.217/2019 – Plenário)

emitido o Relatório Conclusivo de Análise Técnica (fls. 155/175), considerando irregular a prestação de contas.

5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de seu i. Procurador, o Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se às fls. 181/182, pela irregularidade das contas, com fundamento no artigo 51, III, *b*, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 25 de abril de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 22.134.2016-50

ENTIDADE: Escola do Servidor Público do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Escola do Servidor Público do Acre - FESPAC, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: Heloísa Aldenora Oliveira Pantoja

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## VOTO

### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade da **SRA. HELOÍSA ALDENORA OLIVEIRA PANTOJA**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Neste caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e munida de toda a documentação necessária ao seu processamento (artigo 2º e Anexo VI, da mencionada Resolução);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013<sup>6</sup>. Contudo, observa-se que o SR. ADOLFO ARTUR DE ALMEIDA GUEDES, além de ter exercido o cargo de Chefe do Departamento

<sup>6</sup> Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 22.134.2016-50 (Acórdão n. 11.217/2019 – Plenário)

de Administração e Finanças da referida Escola, a partir de 1º de janeiro de 2015, também foi nomeado responsável pela área contábil, durante o exercício em análise e subscreveu os demonstrativos contábeis relativos ao período que respondia pelo sobredito Departamento, em clara afronta ao princípio da segregação de funções, que decorre do princípio constitucional da moralidade, previsto no *caput* do artigo 37 da Carta Magna e consiste na necessária repartição de funções, pela Administração, entre os agentes públicos, especialmente para que não haja incompatibilidade entre as atividades desempenhadas.

Segundo o Tribunal de Contas da União<sup>7</sup>, trata-se de “princípio básico de controle interno essencial para a sua efetividade. Consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas, especialmente as funções ou atividades-chave de autorização, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria.” No presente caso, observa-se não atendido o princípio constitucional.

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2015, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 2.882, de 10-12-2014, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), **quedou prevendo, após suplementações e anulações<sup>8</sup>, uma dotação final de R\$ 1.513.949,17 (um milhão quinhentos e treze mil novecentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos)**, tudo em conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

**e.1)** no tocante ao **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** demonstra que, do confronto das receitas realizadas com as despesas executadas, houve equilíbrio orçamentário e

<sup>7</sup> Acórdão n. 413/2013. Relator Min. José Jorge;

<sup>8</sup> Suplementações: R\$ 408.070,01;

Anulações: R\$ 494.120,84;

Processo TCE n. 22.134.2016-50 (Acórdão n. 11.217/2019 – Plenário)

financeiro da Unidade, tendo em vista que as despesas empenhadas, no montante de R\$ 611.382,27 (seiscentos e onze mil trezentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos)<sup>9</sup> correspondeu à receita realizada do exercício;

**e.2)** quanto ao **BALANÇO FINANCEIRO**, elaborado em consonância com o artigo 103, da Lei n. 4.320/64, refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo para o exercício seguinte, devidamente esclarecido após a apresentação de defesa, foi de R\$ 114.113,35 (cento e quatorze mil cento e treze reais e trinta e cinco centavos);

**e.3)** quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL**, elaborado em consonância com o artigo 105, da Lei n. 4.320/64, evidenciou o patrimônio do órgão, **apresentando um saldo patrimonial de R\$ 385.175,88 (trezentos e oitenta e cinco mil cento e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos);**

**e.4)** a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que a diferença entre a variação patrimonial aumentativa (R\$ 361.675,91) e a diminutiva (R\$ 626.977,00) foi de -R\$ 265.301,09 (duzentos e sessenta e cinco mil trezentos e um reais e nove centavos);

**e.5)** no que diz respeito à dívida flutuante do Instituto, o valor final totalizou R\$ 48.135,49 (quarenta e oito mil cento e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos), sendo imperioso destacar que havia saldo financeiro suficiente para cobertura;

**f)** no tocante ao **DEMONSTRATIVO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**, previsto no item VIII, do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013, Manual de Referência 2ª ed., foram analisados alguns contratos pactuados, consoante quadro à fl. 55, tendo sido detectadas algumas inconsistências não sanadas pela Responsável em sua defesa:

**f.1)** DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS PREVISTAS NO EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 386/2011 - CPL 03 E

<sup>9</sup> O montante de R\$ 276.225,14 (duzentos e setenta e seis mil duzentos e vinte e cinco reais e catorze centavos) foi despendido com recursos classificados na fonte "06 – Transferências Voluntárias da União (Convênios)" e R\$ 335.157,13 (trezentos e trinta e cinco mil cento e cinquenta e sete reais e treze centavos) na fonte "01 – Recursos Próprios – Ordinários" e "10 – Recursos Próprios da Administração Indireta";  
Processo TCE n. 22.134.2016-50 (Acórdão n. 11.217/2019 – Plenário)



NO CONTRATO N. 20/2012<sup>10</sup>, por parte da Escola do Servidor Público do Estado do Acre, por não exigir da Empresa contratada - Monteiro & Soares Construções Ltda. - os relatórios dos serviços prestados e os registros de assiduidade dos funcionários e, ainda, NÃO DESIGNAÇÃO FORMAL DE REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA MENCIONADA AVENÇA, contrariando o disposto no art. 67, *caput*, da Lei n.8.666/93<sup>11</sup>, bem como o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - CGE/AC (1ª Edição, 2014)<sup>12</sup>.

Quanto à ausência de controle acerca do cumprimento das cláusulas contratuais, observa-se que o serviço foi efetivamente prestado, não tendo sido apontado dano ao erário, pelo que é possível classificar a falha como ressalva, nos termos do artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, sendo necessário, ainda, recomendar à gestora da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa, que coordena a Escola do Servidor Público do Estado, nos termos do artigo 32, IX, *f*, da Lei Complementar Estadual n. 355, de 26-12-2018<sup>13</sup>, a fiel observância aos contratos firmados, especialmente quando se tratar de mão de obra, uma vez que o pagamento dessas respectivas notas fiscais deve ser dar após a completa conferência das informações encaminhadas, diante do potencial dano ao erário que pode advir do inadimplemento de verbas trabalhistas por parte dos contratados, tendo em vista a responsabilidade subsidiária do ente público no pagamento dessas verbas, se demonstrado que não fiscalizou a fiel execução do contrato firmado, consoante o entendimento do Supremo Tribunal Federal<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> O objeto era a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos;

<sup>11</sup> Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

<sup>12</sup> Quadro à fl. 55. Durante o exercício houve o pagamento no importe de R\$ 60.943,83 (sessenta mil novecentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos);

<sup>13</sup> Art. 32. Aos órgãos integrantes da governadoria e às secretarias de Estado, dentre outras atribuições, compete IX - Secretaria de Estado da Gestão Administrativa – SGA:

f) coordenar a Escola do Servidor Público do Estado.

<sup>14</sup> (...) 8. Constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 já reconhecida por esta Corte em caráter erga omnes e vinculante: ADC 16, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, julgado em 24/11/2010.

9. Recurso Extraordinário parcialmente conhecido e, na parte admitida, julgado procedente para fixar a seguinte tese para casos semelhantes: “O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere Processo TCE n. 22.134.2016-50 (Acórdão n. 11.217/2019 – Plenário)



Quanto à ausência de designação de fiscal do contrato, que é necessária para o acompanhamento da execução da avença firmada<sup>15</sup>, a ex-gestora encaminhou cópia da Portaria n. 13, de 19-03-2014 (fl. 116), na qual designou a servidora Jaqueline Fernandes de França como gestora do Contrato em discussão, dispondo em seu artigo 2º sobre as competências do fiscal. Desse modo, há dúvida sobre o cumprimento ou não do artigo 67, da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que o expediente é dúbio, todavia, diante da ausência de dano ao erário, é possível classificar a falha como ressalva, nos termos do artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

**f.2)** em 14-04-2015, foi firmado o Contrato n. 001, com o Conselho Regional de Contabilidade do Acre, para disponibilização de 137 (cento e trinta e sete) vagas para servidores públicos no II Simpósio Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Acre - SINCA SP. O valor da avença foi de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais) e o evento ocorreu nos dias 16 e 17 de abril de 2015. Contudo, o empenho (7143050114/201520) referente à contratação em tela, só foi emitido em 15-12-2015, ou seja, após decorridos 08 (oito meses) da realização da despesa e seu cancelamento se deu em 29-12-2015, infringindo o disposto nos artigos 36<sup>16</sup> e 60<sup>17</sup>, da Lei n. 4.320/64 e no artigo 5º, do Decreto Estadual n. 3.761, de 27 de novembro de 2015<sup>18</sup>. Observa-se que assim agindo, a ex-gestora afetou o resultado das contas da

---

automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

(RE 760931, Relatora Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/04/2017, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-206 DIVULG 11-09-2017 PUBLIC 12-09-2017)

<sup>15</sup> Ensina o professor Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15.ed., 2012, São Paulo: Dialética, p. 845) que:

A Administração tem o poder-dever de acompanhar atentamente a atuação do particular. O dever de promover os direitos fundamentais não se coaduna com uma atuação passiva da Administração. Se o particular não executar corretamente a prestação contratada, a Administração deverá atentar para isso de imediato. A atividade permanente de fiscalização permite à Administração detectar, de antemão, práticas irregulares ou defeituosas. Poderá verificar, antecipadamente, que o cronograma previsto não será cumprido. Enfim, a Administração poderá adotar com maior presteza as providências necessárias para resguardar os interesses fundamentais.

<sup>16</sup> Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único. Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

<sup>17</sup> Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

<sup>18</sup> Dispõe sobre o Encerramento do Exercício Financeiro de 2015.

Art. 5º As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, se devidamente realizadas, serão inscritas em RESTOS A PAGAR.

§ 1º Consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham efetivamente ocorrido no exercício e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos comprobatórios do respectivo Processo TCE n. 22.134.2016-50 (Acórdão n. 11.217/2019 – Plenário)

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

Instituição, principalmente em relação às disponibilidades financeiras, tornando seus demonstrativos contábeis não fidedignos. Contudo, excepcionalmente, diante da realização de novo empenho em 11-02-2016 (n. 714305007/2016)<sup>19</sup> e o seu diminuto valor, que correspondeu a apenas 1,26% (um vírgula vinte e seis por cento) das receitas realizadas, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e que não foi editada por esta Corte de Contas a classificação de irregularidades e ressalvas, tenho ser possível catalogar a falha apontada como ressalva, considerando o previsto no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

**h)** também houve infringência ao artigo 60, da Lei n. 4.320/64, uma vez que na análise dos pagamentos de despesas de exercícios anteriores, no valor de R\$ 50.703,30 (cinquenta mil setecentos e três reais e trinta centavos)<sup>20</sup>, constatou-se que se referiam a obrigações contratuais relativas ao exercício de 2014 e não havia sido realizado o empenho. E por ocasião do pagamento, não houve o devido processo de

crédito, conforme estabelecido na Lei Federal nº 4.320/1964, desse modo, o fato gerador da despesa deverá ser realizado, obrigatoriamente, dentro do exercício encerrado, observando-se que tais documentos comprobatórios estejam com a data de 2015.

§ 2º Poderão ser inscritos em RESTOS A PAGAR não processados empenhos cujo interesse público seja relevante, que tenham sido analisados pelo Secretário de Estado da Fazenda, mediante justificativa formal.

§ 3º Os empenhos para concessão de adiantamentos, diárias, ajuda de custo e suprimento de fundo não poderão ser inscritos em RESTOS A PAGAR, devendo ser anulados até 24 de dezembro de 2015.

§ 4º Os pagamentos emitidos, se não transmitidos e acatados pelos bancos, até a data limite fixada por Ato do Secretário de Estado da Fazenda, serão anulados, podendo ser inscritos em RESTOS A PAGAR PROCESSADOS, desde que devidamente comprovados.

§ 5º Os valores empenhados e não liquidados, desde que não tenha ocorrido a entrega dos produtos ou os serviços não tenham sido realizados, serão anulados até 29 de dezembro de 2015.

§ 6º Havendo real interesse da administração e obedecidos todos os procedimentos legais, os valores de que trata este artigo poderão ser reempenhados até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício de 2016, como DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, observada a classificação orçamentária correspondente

<sup>19</sup> fls. 125/127. O valor, até 05-09-2017, ainda não havia sido pago, em razão de terem sido apresentados documentos obrigatórios por parte do Conselho Regional de Contabilidade do Acre;

<sup>20</sup>

CREDOR	N. DO EMPENHO	OBJETO	VALOR PAGO
Farhat & Farhat Ltda.	7143050017/2015	Aquisição de material de consumo	R\$ 4.396,27
Estação Vip Segurança Privada Ltda.	7143050018/2015 7143050137/2014 (cancelado em 2014)	Vigilância eletrônica	R\$ 3.900,00
Maria das Graças de Lima	7143050025/2015	Aluguel de sala (meses de outubro e novembro)	R\$ 30.000,00
Eletoacre – Cia de Eletricidade do Acre	7143050026/2015	Energia Elétrica	R\$ 8.978,13
Policópias Serv. Com. e Repres. Ltda.	7143050031/2015	Cópias e impressões	R\$ 3.428,90
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 50.703,30</b>

reconhecimento da dívida, em desacordo com a Instrução n. 001, de 27-08-2010, editada pela Procuradoria Geral do Estado<sup>21</sup>.

Entretanto, excepcionalmente, diante da realização dos empenhos e pagamentos já no exercício seguinte, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e que não foi editada por esta Corte de Contas a classificação de irregularidades e ressalvas, tenho ser possível catalogar a falha apontada como ressalva, considerando o previsto no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Transcrevo do Tribunal de Contas de Minas Gerais:

EMENTA: AUDITORIA – DESPESAS CONTRAÍDAS E NÃO EMPENHADAS NO RESPECTIVO EXERCÍCIO – OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS E NÃO CUMPRIDAS NO PERÍODO – DESOBEDIÊNCIA ÀS METAS FISCAIS DE RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012 – APLICAÇÃO MULTA AO RESPONSÁVEL. 1) O fato de as despesas que deveriam ter sido empenhadas em 2012 terem sido reconhecidas em 2013 e, conseqüentemente, empenhadas à conta de “Despesas de Exercícios Anteriores”, não tem o condão de sanar a irregularidade acerca da inobservância ao disposto no art. 60 da Lei Federal n. 4.320/64, qual seja, a falta de empenho prévio de despesas. Contudo, deixa-se de aplicar sanção ao gestor pela falta de empenho prévio, haja vista que, ainda que em momento posterior, a despesa foi empenhada.[...]

(Auditoria n. 924226, Relator Cons. Wanderley Ávila, j. em 23-03-2015)

**g) no que diz respeito ao DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS E DAS OBRAS CONTRATADAS**, o Órgão apresentou as “Declarações de Nada Consta”, atendendo dessa forma o disposto do § 3º do artigo 2º da Resolução/TCE n. 87/2013<sup>22</sup>;

**h) no tocante aos DEMONSTRATIVOS DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS e DAS DIÁRIAS**, foram apresentados de acordo com o previsto nos itens XII e XIII, do Anexo VI, da Resolução-TCE n. 87/2013 (2ª edição do Manual de Referência), sendo necessário recomendar que no pagamento de diárias a terceirizados observe a Lei Estadual n. 2.245, de 21-12-2009 e a Orientação CGE n. 04, de 09-07-2013;

<sup>21</sup> Dispõe sobre a uniformização do procedimento para o reconhecimento de dívida no âmbito da Administração Pública Estadual.

<sup>22</sup> § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução; Processo TCE n. 22.134.2016-50 (Acórdão n. 11.217/2019 – Plenário)

i) por fim, no tocante ao **PARECER** emitido pelo controle interno da unidade, foi atendido o previsto no item XVI do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013;

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93<sup>23</sup>, pela:

**3.1. APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS da ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade da **SRA. HELOÍSA ALDENORA OLIVEIRA PANTOJA**, julgando-a **REGULAR, COM RESSALVAS**, valendo como ressalvas: **3.1.1)** a não observância do princípio da segregação de funções, que decorre do princípio da moralidade, previsto no *caput* do artigo 37 da Carta Magna; **3.1.2)** descumprimento de cláusulas previstas no Contrato n. 20/2012, por parte da Escola do Servidor Público do Estado do Acre, por não exigir da empresa contratada os relatórios dos serviços prestados e os registros de assiduidade dos funcionários; **3.1.3)** não designação formal de fiscal do Contrato n. 20/2012, firmado com a pessoa jurídica Monteiro & Soares Construções Ltda., contrariando o disposto no artigo 67, *caput*, da Lei n. 8.666/93 e nos artigos 4º e 5º, da Instrução Normativa CGE/AC n. 003/2014; **3.1.4)** realização de despesa sem prévio empenho, no valor de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), infringindo o disposto no artigo 60, da Lei n. 4.320/64; **3.1.5)** cancelamento de empenho de despesa liquidada, no valor de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), afetando as contas de resultado da Instituição e infringindo o disposto no artigo 36, da Lei 4.320/64 e no artigo 5º, do Decreto Estadual n. 3.761/2015 e **3.1.6)** pagamento de despesas realizadas no exercício anterior e sem prévio empenho, no valor de R\$ 50.703,30 (cinquenta mil setecentos e três mil e trinta centavos), infringindo o disposto no artigo 60, da Lei n. 4.320/64, bem como sem a instauração de processo de reconhecimento de dívida;

**3.2. REMESSA de NOTIFICAÇÃO à Gestora da SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA** para conhecimento do teor da presente decisão, especificamente sobre o pagamento de diárias a terceirizados e a necessária observância aos termos das avenças firmadas, especialmente as que objetivem a contratação de mão de obra;

<sup>23</sup> Art. 51 - As contas serão julgadas:

**II - regulares com ressalva**, quando apuradas omissão, impropriedade contábil ou falhas formais que não representem prejuízo ou risco de dano patrimonial, valendo as ressalvas como determinação para que o responsável, ou seu sucessor, tome providências para corrigi-las;

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

- 3.3.** após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.
- 4.** É como **Voto**.
- 5.** Rio Branco, 25 de abril de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora